

“Homossexualidade” no Novo Testamento

Observações exegéticas e hermenêuticas

Nélio Schneider

Resumo: O artigo trabalha o tema da homossexualidade no Novo Testamento a partir de duas espécies de considerações interconexas: exegéticas e hermenêuticas. Seleciona os textos mais importantes sobre o tema, Rm 1 e 1 Co 6, aludindo rapidamente a outros textos neotestamentários que têm sido trazidos ao debate. Sua leitura histórica destes textos o leva a discutir especialmente o conceito de “natural” na época bíblica. A partir daí o autor tece algumas reflexões hermenêuticas sobre o tema visando uma compreensão teológica contemporânea do mesmo.

Palavras-chave: homossexualidade, Novo Testamento, conceito de “natural”, hermenêutica bíblica.

Resumen: El artículo trabaja el tema de la homosexualidad en el Nuevo Testamento a partir de dos especies de consideraciones interconectadas: exegéticas y hermenéuticas. Selecciona los textos más importantes sobre el tema, Ro 1 y 1 Co 6, aludiendo rápidamente a otros textos neotestamentarios que han sido traídos al debate. La lectura histórica que hace de estos textos lo lleva a discutir especialmente el concepto de “natural” en la época bíblica. A partir de ahí el autor traza algunas reflexiones hermenéuticas sobre el tema buscando una comprensión teológica contemporánea del mismo.

Palabras-clave: homosexualidad, Nuevo Testamento, concepto de “natural”, hermenéutica bíblica.

Abstract: The article deals with the theme of homosexuality in the New Testament from two types of interconnected perspectives: exegetical and hermeneutical. He selects the most important texts on this theme, Rom. 1 and 1 Cor. 6, referring rapidly to other New Testament texts that have been brought into the debate. His historical reading of these texts leads him to discuss specifically the concept of “natural” in the biblical period. Parting from this, the author weaves together some hermeneutical reflections about the theme aiming at a contemporary theological understanding of this theme.

Key words: homosexuality, New Testament, concept of “natural”, biblical hermeneutics.

1. Introdução

Quando tentamos, a nível de Igreja, formar uma opinião teológica que necessariamente terá implicações práticas imediatas para a vida de muitas pessoas, como é o caso do tema “homossexualidade”, torna-se aguda a necessidade de fazê-lo dentro dos princípios bíblicos maiores do amor e da justiça que norteiam a nossa existência cristã. Deus mesmo, com a sua graça criadora e sua misericórdia salvadora, pôs o parâmetro para um procedimento dessa natureza. Isso permitirá que nos distancieemos de medos e preconceitos entrincheirados atrás de dogmatismos unilaterais ou de fundamentalismos seletivos.

Não se proporá aqui fazer de conta que a Bíblia não existe, nem se levantará a sugestão de derrubar os parâmetros bíblicos do amor e da justiça em nome de uma suposta norma que seria mais importante. Por outro lado, também não seria honesto, em nome dos princípios maiores do amor e da justiça, simplesmente dizer que na Bíblia não consta o que consta. As pessoas que redigiram a Bíblia, mesmo estando sob a orientação do Espírito de Deus, nem sempre foram capazes de vislumbrar de imediato uma posição prática totalmente coerente com o enunciado maior que defendiam. Isso torna a Bíblia um livro aberto para a história de Deus com seu povo. Do tempo anterior a Cristo até os dias atuais muita coisa mudou, princípios legais foram reinterpretados, parâmetros culturais reconfigurados para a vida prática. Isso é um processo normal que envolve todas as questões humanas. Além disso, é dever da Igreja reinterpretar a Escritura à luz de novos conhecimentos e acontecimentos, não com o objetivo de alterar seus princípios de amor e justiça, mas de permanecer coerente com os mesmos na prática pessoal e comunitária.

É com essa flexibilidade hermenêutica que nos acercaremos do tema “homossexualidade” no Novo Testamento, mais especificamente nas duas passagens que abordam diretamente a questão: Rm 1.26-27 e 1 Co 6.9-11. Apresentaremos primeiramente um breve esboço exegético dos textos e concluiremos com algumas considerações hermenêuticas.

2. Leitura de Rm 1 e 1 Co 6

No Novo Testamento, a “homossexualidade”¹ é mencionada somente em duas passagens das cartas paulinas. Refere-se ao fenômeno no sentido genérico em Rm 1.26-27 e a práticas específicas em 1 Co 6.9 (1 Tm 1.10). Outras passagens, por vezes equivocadamente associadas ao tema, não serão objeto desta análise².

2.1. Rm 1

Voltamos nossa atenção primeiramente ao texto que se refere ao tema com mais detalhe: Rm 1. Tentemos seguir a linha de pensamento do contexto imediato.

Em Rm 1.18-32, Paulo procura demonstrar que o juízo de Deus se manifesta contra toda a impiedade e injustiça praticadas pelas pessoas. Ele tem em vista primeiramente as pessoas de origem não-judaica. A manifestação da impiedade e da injustiça por parte destas é resumida por Paulo no desconhecimento da verdade de Deus que leva à idolatria (1.23,25). Conseqüência disso é o juízo que se expressa da seguinte forma: Deus entrega as pessoas aos resultados negativos de sua própria escolha: a) a impureza, que leva à degradação física da pessoa (1.24); b) mulheres e homens trocam as relações sexuais “naturais” por outras contrárias à “natureza”, o que no caso dos homens é claramente definido como relações de homens com homens (1.26-27); c) alteração na disposição mental das pessoas, que as leva não só a praticarem todo tipo de coisas ruins (segue uma lista de 21 decorrências de natureza muito diversificada — 1.28-31), como também a incentivarem a sua prática (1.32).

Esse processo de degradação humana refere-se, como mencionamos, primeiramente às pessoas não-judaicas. Numa segunda parte, Paulo demonstra o mesmo princípio de sujeição ao juízo de Deus para a pessoa judaica, embora não com as mesmas conseqüências práticas concretas (2.17ss.). Essa visão negativa do ser humano culmina em 3.10,23 com a constatação de que não há pessoa justa, mas todas pecaram e necessitam da justiça de Deus. É importante constatar esse fato para prevenir que alguém, por ser heterossexual, queira colocar-se acima de outras pessoas no favor de Deus. Existe uma solidariedade fundamental de todas as pessoas na condição injusta diante de Deus e na carência da graça divina.

Retomemos o texto de Rm 1: a idolatria tem como conseqüência que todas as práticas das pessoas se tornem impuras, entre elas a da sexualidade. Na longa listagem de decorrências nefastas da impiedade, a deturpação da sexualidade é um item entre outros. Paulo dá um destaque especial às relações homossexuais, provavelmente porque do ponto de vista da tradição judaica estas eram consideradas mais típicas do mundo “pagão”³. Junto com as demais práticas e qualidades mencionadas nos versículos 28 a 32, também elas são consideradas “dignas de morte” (v. 32). Essa condenação baseia-se na lei e na tradição da Bíblia hebraica (Lv 18.22; 20.13), que exige a santificação de Israel como maneira de distinguir-se dos povos vizinhos e das suas práticas idolátricas.

Olhemos mais de perto o texto que toca o tema das práticas homossexuais. Consta que as mulheres trocaram a relação “natural” por uma contra a “natureza” (v. 26). Não se afirma aqui expressamente que se trata de relações homossexuais. No entanto, o elemento de ligação (“do mesmo modo”) e o paralelismo com o versículo seguinte falam a favor da interpretação de que se tinha em mente relações entre mulheres⁴. O texto continua: os homens deixaram a relação “natural” com as mulheres em favor de uma outra, homens com homens. Essas relações “antinaturais” são caracterizadas de uma maneira extremamente negativa como paixões inflamadas, práticas vergonhosas, engano, para as quais os/as que as praticavam já teriam recebido o castigo merecido.

Tratemos de compreender a razão do veredito negativo sobre as relações homossexuais como se apresentavam para aquele tempo. A chave encontra-se na compreensão do que é “natural”. Natural não era o que decorria da natureza e sua dinâmica, mas o que estava de acordo com uma determinada tradição ou convenção social, independentemente dela remontar à criação. Por exemplo, 1 Co 11.4: “A própria natureza não ensina que é desonra para o homem portar cabelo comprido?” Na compreensão moderna, diríamos que cortar o cabelo é interferir na dinâmica da natureza. Porém, na compreensão antiga, o cabelo comprido é antinatural para o homem, pois atenta contra a convenção social que estabelece uma diferenciação entre os sexos por meio desse instrumento.

A mesma lógica se aplica à sexualidade. Segundo a tradição judaica baseada no relato do Gênesis (1.26-28), Deus criou homem e mulher para que se multiplicassem e enchessem a terra de descendentes. A sexualidade em função da procriação é vista como “natural”; isso naturalmente leva à rejeição de todas as formas de sexualidade que não estejam orientadas para a procriação⁵. No mesmo nível da homossexualidade masculina estão práticas como o coito interrompido, a masturbação masculina, a relação com animais. A homossexualidade feminina somente seria condenável na medida em que implicasse uma rejeição da relação heterossexual e atentasse, assim, contra o princípio reprodutivo. Por isso, ela não chega a ser uma preocupação e nem mesmo é mencionada na tradição judaica. A mesma lógica da procriação levava a incentivar práticas, como a da poliginia, que hoje condenamos. Aliás, “natural” na época bíblica era a poliginia (p. ex. Dt 21.15-16)⁶. Se não era a forma mais praticada, o motivo não era moral, mas econômico. O homem tinha de pagar um dote ao pai da noiva e depois sustentar a mesma. Muitos dos “grandes” personagens bíblicos foram polígamos. Ainda no tempo da comunidade cristã, no período mais recente da época neotestamentária, a poliginia era o padrão aceito. As cartas pastorais, por exemplo, exigem de episcopos e diáconos que sejam maridos de uma só mulher (p. ex. 1 Tm 3.2,12). Por que o fariam se essa tivesse sido a norma?

Aquilo que é considerado “natural” pela tradição é o que está de acordo com a vontade de Deus. Qualquer desvio do “natural” contradiz a vontade de Deus e é declarado como impureza e atentado à santidade de Deus. É claro que isso não dizia respeito somente à sexualidade, mas a toda a vida da pessoa, como mostra o texto de Rm 1.18-32, no qual a sexualidade aparece como um exemplo entre outros.

2.2. 1 Co 6

Também o texto de 1 Co 6.1-11 deve ser interpretado nesta lógica do povo de Israel. Logo no início, Paulo contrapõe a injustiça à santidade e considera as desavenças jurídicas entre os cristãos de Corinto como indignas de pessoas santificadas. Qualifica as desavenças como injustas e as coloca no mesmo nível de

outras práticas reprováveis e que excluem da participação no reino de Deus. Em primeiro lugar, menciona os que se prostituem, os idólatras e os adúlteros. A seguir menciona *malakoi* e *arsenokoitai* (v. 9), ladrões, avarentos, bebedores, caluniadores e assaltantes (v. 10). Conclui lembrando que alguns cristãos coríntios foram assim no passado, mas que agora foram “lavados, santificados e justificados” (v. 11). Os critérios da justiça e da santidade servem para distinguir e separar as pessoas cristãs tanto do seu passado como de pessoas não-cristãs. Estas são “por natureza” dadas à prostituição e à idolatria. A santidade do povo de Deus requer também a separação de fato; não é possível misturar-se, ou seja, ter comunhão de mesa, com pessoas não-santas (veja 5.9-11). O tema da santidade aparece também no final do capítulo 6, onde Paulo recomenda aos cristãos de Corinto que fujam da “prostituição”⁷, pois o Espírito Santo não pode conviver num mesmo lugar com quem a pratica (6.18s.)⁸.

Diferentemente de Rm 1.26s., aqui não se tem em mente o fenômeno mais amplo da relação homossexual feminina e masculina, mas faz-se referência a certas práticas homossexuais masculinas. Merece atenção o fato de não aparecer no texto de Rm nenhum conceito genérico para designar as pessoas que praticam a homossexualidade. É provável que não houvesse um termo genérico a ser traduzido por “homossexual”. Quando termos específicos aparecem, como no caso de *malakós* (1 Co 6.9)⁹ e *arsenokoites* (1 Co 6.9 e 1 Tm 1.9s.)¹⁰, é mais provável que se refiram a práticas (homos-)sexuais específicas¹¹.

Não há consenso sobre o que significam exatamente os dois termos em questão. Se acompanharmos o estudo de Robin Scroggs¹², que se ampara numa cuidadosa análise filológica e contextual, devemos situar os dois termos no contexto da prostituição masculina. *Malakós* seria então o jovem efeminado que se oferece à relação e *arsenokoites* o homem adulto que se vale da oferta. O contexto de 1 Co 5-7 também aponta para essa interpretação (veja a ocorrência da palavra *porneia* e derivadas em 5.1,9-11; 6.9,14-18; 7.2). Pode-se pensar ainda em práticas sexuais no contexto de alguns cultos da época, em que jovens de ambos os sexos eram consagrados por meio de ritos sexuais, o que colocaria o tema no contexto da idolatria (5.10; 6.9).

Considerando os dois textos em seu contexto e delineando a lógica que os produziu, não podemos evitar a conclusão de que Paulo pronunciou a condenação da relação homossexual, tanto no sentido genérico (Rm 1) como no sentido específico da prostituição masculina (1 Co 6)¹³. Nesse tocante, ele não se distanciou do contexto cultural e religioso judaico em que se formou sua opinião. Sua visão do ser humano e da sexualidade estava dominada por um conceito de “natural” fornecido pelo relato veterotestamentário da criação e sua lógica reprodutiva. Todas as pessoas judias e cristãs que ainda estão presas à mesma lógica da heterossexualidade reprodutiva têm assim em Paulo uma pequena âncora para seu argumento. Não seria um procedimento exegeticamente honesto tentar dizer que Paulo não quis dizer o que disse. Isso, entretanto, não significa que devamos

transformar em dogma perene o que Paulo ou a Bíblia hebraica disseram sobre essa questão. Devemos passar agora às considerações hermenêuticas.

3. Considerações hermenêuticas

— Não encaramos cada passagem da Escritura por si só como norma a ser cumprida à risca. Ela não é uma lei de significado fixo para cada caso prático que vier a se apresentar. Quem pensaria em pôr em prática ainda hoje uma palavra bíblica como “as mulheres se calem na igreja” ou seguir a recomendação de Paulo quanto ao uso do “véu” nos cultos por parte das mulheres? Quem pretenderia instituir a poliginia, mesmo que ela tenha sido aceita como “natural” nos tempos bíblicos? Com total liberdade em relação à Escritura, nós hoje fazemos no sábado coisas pelas quais nos tempos bíblicos teríamos sido apedrejados. Mesmo que no ensino confirmatório ainda recitemos o décimo mandamento tal qual aparece na Bíblia, ou seja, incluindo a mulher entre os pertences do homem, ao lado da serva, do servo, do boi e do jumento, ninguém pensaria seriamente em tirar as conseqüências práticas desse ponto de vista bíblico. Ou por ser normal e aceito que haja escravos na Bíblia, defenderíamos a volta da escravidão? Como se consegue ter essa liberdade em relação a coisas tão fundamentais para o povo bíblico e, ao mesmo tempo, ficar preso dogmaticamente a outras, como se fossem uma lei imutável? Se coisas tão fundamentais puderam sofrer alterações culturalmente determinadas através dos tempos, por que isso não seria possível também em relação à compreensão da sexualidade humana?

— O próprio apóstolo Paulo mostra o caminho. Ele ensinou o princípio da liberdade em relação à letra morta da lei. Teve a coragem de não mais fazer a justificação da pessoa depender do cumprimento servil da letra da lei ou de alguma qualidade intrínseca ao ser humano.

Primeiro exemplo: “Como alguém que está no Senhor Jesus, tenho plena convicção de que nenhum alimento é por si mesmo impuro” (Rm 14.14; v. também a palavra de Jesus em Mc 7.18-19). Ele teve a liberdade de dizer isso contra todas as determinações legais do Levítico referentes à impureza dos alimentos. Note-se que as determinações legais do Levítico também consideram totalmente abominável, indigno da santidade do povo de Deus o uso de alimentos considerados impuros. Não há, pois, diferença significativa na condenação e exclusão de quem se vale de alimentos impuros e de quem tem relações homossexuais. Numa questão Paulo teve a liberdade de dar o passo adiante, na outra questão não. Porém a liberdade em relação à Escritura tem sempre o seu princípio limitador. À proclamação do princípio libertador segue a sua limitação: “Todo alimento é puro, mas é errado comer qualquer coisa que faça os outros tropeçarem” (Rm 14.20). Na decisão sobre qualquer medida prática é necessário sempre levar em conta as demais pessoas envolvidas, num gesto de amor e justiça, que são os parâmetros a serem respeitados acima de todos os outros.

Segundo exemplo: no contexto das questões em torno da *porneia* e da questão da alimentação aparece novamente o princípio da liberdade seguido do elemento limitador: “Tudo é permitido, mas nem tudo convém. Tudo é permitido, mas nem tudo edifica.” (1 Co 10.23; v. 6.12.) Como se pode fazer a distinção entre o que é permitido e o que convém ou edifica? “Ninguém busque o seu próprio bem, mas sim o do outro” (1 Co 10.24).

Terceiro exemplo: também de Paulo é a formulação do seguinte princípio libertador: “Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher, pois todos são um em Cristo Jesus” (Gl 3.28). Para a comunidade cristã, Paulo não deixou valer as mesmas condições discriminatórias comuns ao seu contexto. Mesmo que, a nível de pastoral, Paulo não tenha sempre tirado as conseqüências mais avançadas, isso não anula o mérito do princípio proposto. A aplicação coerente de um princípio é responsabilidade de cada indivíduo, comunidade e geração e está sujeita a transformações no decorrer da história.

— Dispomos da mesma liberdade e do mesmo critério limitador quando tratamos da questão da sexualidade. Com eles, podemos ir além de Paulo nessa questão. De fato, nesses 2 mil anos que nos separam de Paulo e do judaísmo antigo, aprendemos muita coisa sobre a sexualidade humana. É certo que há discordâncias a nível científico quanto à natureza da homossexualidade, assim como há também questionamentos a respeito da heterossexualidade. Não obstante, tanto esta como aquela ficaram estabelecidas como fenômenos humanos, como condição antropológica, como possibilidade implícita na criação de Deus. Não há razão objetiva para considerar a homossexualidade uma perversão da suposta “verdadeira” sexualidade, ou seja, da heterossexual monogâmica. Pode haver perversão em qualquer uma das duas. Assim como há graça e pecado em qualquer relação humana, pode havê-los tanto na relação heterossexual como na homossexual. O pecado e a graça não residem na natureza da relação, mas na forma como pode vir a ser exercida, a saber, na medida em que observa ou não o critério limitador de buscar o bem da outra pessoa.

— O critério da reprodução humana como norteador da sexualidade teve seu sentido para um povo que necessitava ser numeroso para fazer frente ao mundo ameaçador que o circundava. Não tem mais o mesmo sentido num mundo repleto de gente, no limite de sua capacidade material. Por isso, ganha relevância a vivência da sexualidade como expressão de amor e carinho entre as pessoas. Se adotarmos esse critério como parâmetro decisivo na vivência da sexualidade, o que poderia haver de condenável na relação homossexual como tal? Objetivamente ela oferece as mesmas possibilidades de uso e abuso que uma relação heterossexual. A condenação da homossexualidade por motivos morais repousa num preconceito milenar que tem sua origem na tradição judaica e que foi alimentado por uma interpretação literalista da Escritura nos dois milênios de cristianismo que estão findando.

4. Conclusão

As observações apresentadas têm por objetivo motivar para uma abordagem flexível e libertadora do texto bíblico em relação ao tema proposto. Uma leitura estreita e discriminatória atenta contra o princípio maior do amor e da justiça, pois causa a exclusão precipitada de pessoas do convívio comunitário e da possibilidade de uma vivência evangélica. Reinterpretamos o texto bíblico de tantas maneiras para adequá-lo ao que é aceito em nossa cultura. Qual seria a diferença se o fizéssemos também nesse caso, em vista dos novos conhecimentos e fatos? Objetivamente não há nenhum problema teológico em admitir como perfeitamente legítima uma relação homossexual baseada nos princípios do amor e da justiça. “Porque em Cristo Jesus nem circuncisão nem incircuncisão têm efeito algum, mas a fé que atua pelo amor.” (Gl 5.6.)

Bibliografia

- BRASH, Alan A. *Encarando nossas diferenças* : as igrejas e seus membros homossexuais. São Leopoldo : Sinodal, 1998.
- FURNISH, Victor Paul. Homosexuality. In: *The Moral Teaching of Paul*. Nashville : Abingdon, 1979. p. 52-83.
- HELMINIAK, Daniel A. *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*. São Paulo : GLS, 1998.
- HOHEISEL, Karl. Verbete “Homosexualität”. In: *Reallexikon für Antike und Christentum*. 1994. v. 16, p. 289-364.
- O NOVO TESTAMENTO, Nova Versão Internacional. São Paulo : Sociedade Bíblica Internacional, 1993.
- OSTEN-SACKEN, Peter von der. Paulinisches Evangelium und Homosexualität. In: ID. *Evangelium und Tora* : Aufsätze zu Paulus. München : Kaiser, 1987. p. 210-236.
- SCROGGS, Robin. *The New Testament and Homosexuality* : Contextual Background for Contemporary Debate. Philadelphia : Fortress, 1983.
- STOWASSER, Martin. Homosexualität und Bibel, *New Testament Studies*, Cambridge, v. 43, p. 503-526, 1997.

Notas

- 1 A maioria dos estudos comparativos do fenômeno da homossexualidade na Antiguidade e na época atual dão conta da diferença de compreensão acerca do mesmo naquela época e hoje. Por falta de um conceito mais adequado, usamos o termo “homossexualidade” também para a época do NT, apesar de não haver um termo antigo equivalente.
- 2 Mt 10.14s. par.; Lc 10.12; Mt 11.23s. e Lc 17.29 mencionam o pecado de Sodoma, mas não o especificam como prática homossexual. Também 2 Pe 2.6-8, referindo-se ao mesmo episódio, não permite definir “o procedimento libertino dos que não conhecem princípios morais” (v. 7) como homossexualidade. Em Jd 7 trata-se claramente de relações sexuais entre seres de natureza diferente, anjos com pessoas. Ap 21.8 e 22.15 também não exigem uma relação com o tema. Também a relação íntima de Jesus com o discípulo amado, indicada duas vezes no Evangelho de João (13.23-25; 21.20), não foi entendida nos tempos antigos como relação homossexual.

- 3 Peter von der OSTEN-SACKEN, *Paulinisches Evangelium und Homosexualität*, p. 220-221. V. também Martin STOWASSER, *Homosexualität und Bibel*, p. 516.
- 4 Alguns autores procuram demonstrar que se tratava de outras práticas sexuais incomuns ou condenadas pela lei, o que é feito com a intenção de minimizar ainda mais o número de referências ao tema no NT (v. James E. MILLER, *The Practices of Romans 1:26: Homosexual or Heterosexual?*, *Novum Testamentum*, v. 37, p. 1-11, 1995; Martin STOWASSER, op. cit., p. 516; Daniel HELMINIAK, *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*, p. 75-78).
- 5 Cf. Martin STOWASSER, op. cit., p. 518s.
- 6 Cf. Erhard GERSTENBERGER, Wolfgang SCHRAGE, *Mulher e homem*, São Leopoldo : Sinodal, 1981, p. 119; Santos BENETTI, *Sexualidade e erotismo na Bíblia*, São Paulo : Paulinas, 1998, p. 19-21.
- 7 O termo se refere mais especificamente a práticas sexuais no contexto de cultos pagãos e não tem muito a ver com a compreensão atual relacionada a uma atividade profissional remunerada. (V. HAUCK, SCHULZ, verbete *porné*, etc., in: *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*, Stuttgart : Kohlhammer, 1959, v. 6, p. 592-595).
- 8 Cf. Peter von der OSTEN-SACKEN, op. cit., p. 223.
- 9 Este termo implica uma conotação sexual apenas pelo contexto em que está situado no catálogo citado por Paulo, a saber, entre o adúltero e o *arsenokoites*.
- 10 Trata-se aqui de um neologismo que não aparece em nenhum outro lugar da literatura mais antiga (v. Martin STOWASSER, op. cit., p. 511 nota 52).
- 11 Por isso, deveriam ser revistas algumas versões modernas que traduzem esses termos simplesmente com “homossexuais”. *A Bíblia na linguagem de hoje* junta os dois termos em 1 Co 6.9 e traduz com “homossexuais”, provavelmente imaginando tratar-se do parceiro “passivo” e do parceiro “ativo” da relação homossexual; não mantém a coerência da tradução em 1 Tm 1.10, onde o termo é vertido como “pervertidos sexuais”. *A Nova versão internacional* do NT também incorre no mesmo erro: em 1 Co traduz os termos com “homossexuais passivos ou ativos” (colocando uma nota explicativa) e em 1 Tm verte simplesmente para “homossexuais”.
- 12 Robin SCROGGS, *The New Testament and Homosexuality*, p. 101ss. V. também Martin STOWASSER, op. cit. p. 513ss.
- 13 Assim também Peter von der OSTEN-SACKEN, op. cit., p. 224, e Martin STOWASSER, op. cit., p. 521.

Nélio Schneider
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS